

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

ISSN: 2446-8126

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)



O PÚBLICO E O PRIVADO NA EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Epitácio Macário¹

Resumo: o artigo analisa a presença do público e do privado no ensino superior em escala de Brasil. Para tanto, analisaram-se as matrículas em cursos de graduação (presencial e à distância) e o tipo de instituição onde elas são acolhidas (universidade, centro universitário, faculdade, instituto etc.). As variáveis foram analisadas à luz da natureza pública (estatal) e privada (empresas educacionais e organizações profissionais). O estudo demonstra que, no plano nacional, há predominância do setor privado (não estatal) na evolução das matrículas desde o início da série. A análise do tipo de instituição demonstra que, no setor público, as matrículas se concentram em sua grande maioria em universidades, enquanto no setor privado ocorre exatamente o contrário, com larga predominância de faculdades e centros universitários. O estudo permite afirmar que o acesso ao ensino superior no Brasil ocorreu, historicamente, em instituições não universitárias e pela via do mercado, expressando uma faceta da modernização conservadora do capitalismo brasileiro.

1. Introdução

O capitalismo brasileiro formou-se e evoluiu sustentado em relações econômicas e sociais que resultam de uma dura síntese do que há de mais avançado no capitalismo moderno e do que pode haver de mais atrasado nas funções econômicas, políticas e culturais. Aqui, deu-se prova histórica do fato de que o chamado “subdesenvolvimento” não é um estágio em desaparecimento nas sociedades industriais modernas, como se faz crer nas teorias desenvolvimentistas/evolucionistas. Essas postulações esquecem “que o ‘subdesenvolvimento’ é precisamente uma ‘produção’ do capitalismo” e que, no caso brasileiro, há uma “simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’” (OLIVEIRA, 2003, p. 32-33).

Embora não seja correto prender-se aos traços originários da formação brasileira para explicar a realidade presente, parece que a imbricação entre o moderno e o arcaico – ou o fato de que o novo e o moderno se alimentam do velho e do atraso – continua sendo

¹ Doutor em Educação Brasileira (UFC); professor de Economia Política na Universidade Estadual do Ceará; membro permanente do Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS/UECE); coordenador do laboratório acadêmico CETROS/UECE; dirigente nacional do ANDES-SN entre 2014 e 2018.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



marca fundamental da sociedade brasileira. Em seu ensaio “O ornitorrinco”, incluído na mesma obra de 2003, Francisco de Oliveira repôs e reafirmou seu postulado, redescobrimo-o no âmago da atualidade brasileira, mesmo quando subiu ao governo o maior e mais importante partido de base popular – o Partido dos Trabalhadores.

É parte do atraso a dissintonia, característica do capitalismo brasileiro, entre as funções econômicas e as funções sociais, políticas e culturais. Como assegura Florestan Fernandes (2005; 2008), o desenvolvimento da indústria moderna no país amparou-se num amálgama de forças conservadoras, deixando de fora as forças populares. Como efeito, não foram cumpridas as funções sociais de homogeneização da classe trabalhadora sob o regime do salariedade e dos direitos daí derivados, as funções políticas de alargamento e aprofundamento da participação das forças populares nos destinos da nação e as funções culturais voltadas para a promoção da produção artística e científica interna na solda da identidade nacional. Eis por que a promoção de direitos de cidadania – sociais, trabalhistas, civis e políticos – foram sempre uma variável perseguida por forças e sujeitos políticos vinculados ao trabalho e não contaram com apoio, amparo ou protagonismo da burguesia doméstica.

O caráter conservador do capitalismo brasileiro pode ser observado, por exemplo, na estrutura e evolução do ensino superior no país. Esse nível de escolaridade não fora pensado no sentido de promover a autonomia técnico-científica, econômico e cultural do povo brasileiro. Foi, pelo contrário, erigido como privilégio das frações da burguesia que comandam o processo produtivo doméstico, em articulação com o capital forâneo. Na medida em que as contradições do sistema se explicitaram, esses privilégios passaram a ser contestados – inclusive por alguns ilustres filhos do próprio sistema de ensino universitário exclusivista. Assomados aos movimentos sociais e sindicais que efervesceram o cenário nacional na entrada dos anos 1960, as reivindicações por acesso às instituições de ensino superior (IES) tinham de ser contempladas de algum modo. A saída foi pela direita: abrir as comportas para a expansão de vagas no setor privado e tímida concessão de vagas no sistema universitário público – tudo sob rígido controle da

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



ditadura. Isso, em um país assentado em profundas desigualdades de renda e na histórica reprodução da pobreza, da miséria, do analfabetismo (inclusive, o funcional).

O caráter, predominantemente, mercantil e privado do ensino superior no Brasil é uma das importantes variáveis que materializam a continuidade da modernização conservadora, do amálgama originário de forças atrasadas e modernas na produção da vida nacional. Trata-se de um elemento que atravessa décadas e, hoje, parece consolidado. Constitui, pois, um ponto a partir do qual é possível refletir sobre continuidades e rupturas do amálgama originário de uma formação social essencialmente excludente.

O presente artigo, deste modo, tem por objetivo analisar a evolução do ensino superior em escala nacional tendo por foco a presença do público e do privado. Para tanto, escolheram-se as seguintes variáveis: matrículas nos cursos de graduação (presencial e à distância) e distribuição das matrículas por tipo de instituição (universidade, centro universitário, faculdade, instituto etc.). As variáveis são analisadas à luz da natureza pública (estatal) ou privada (empresas educacionais e organizações confessionais).

Para dar curso a tais reflexões, o artigo foi estruturado em dois momentos, além dessa introdução. No primeiro, subdivido em dois tópicos, faz-se a análise de dados sobre matrículas em cursos de graduação presenciais e à distância, adotando o recorte da categoria administrativa (público e privado) e do tipo de instituição onde se encontram tais matrículas (universidades, faculdades, centros universitários, institutos etc.). No segundo, faz-se uma síntese da discussão apresentada à guisa de considerações finais.

2. O público e privado no ensino superior brasileiro

No presente tópico tabulamos e examinamos os dados produzidos pelo INEP sobre as matrículas no ensino superior, as instituições e as funções docentes. A análise será feita à luz das categorias público e privado.

2.1 Evidências a partir das matrículas por categoria administrativa

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



O Brasil situa-se numa posição rebaixada quanto ao número de pessoas diplomadas de nível superior (universitário, pós-secundário ou terciário como é denominado noutros países e na linguagem utilizada pela OCDE). A sociedade brasileira sofre de profundas clivagens radicadas nas condições econômicas e em questões etnicorraciais. Para citar uma dessas clivagens, basta invocar os dados sobre a concentração obtusa de renda e de patrimônio que contrasta com imensos bolsões de pobreza e miséria – como demonstrado pela OXFAM (2017).

O país constitui um dos elos frágeis do capitalismo mundial, inserido no rol daqueles que tiveram uma formação capitalista hipertardia, isto é forjada quando já predominava o monopólio e até mesmo as formações ditas prussianas já haviam se erguido como nações imperialistas a disputar o mundo na entrada dos anos 1900. A tomada de assento na era do capitalismo industrial se daria pelo que José Chasin (2000) chamou de *via colonial*, caracterizada pelo fato de o novo se erguer repondo, refuncionalizando e, em alguns casos, expandindo e aprofundando as relações arcaicas, as estruturas atrasadas que marcaram a formação colonial voltada para a exportação de bens primários. Este último traço, inclusive, tem se aprofundado no curso do padrão de acumulação em vigor desde pelo menos os anos 1990 – que tende à reprimarização da economia e baseia-se em três pilas: a abertura para o capital estrangeiro, a desestatização/desnacionalização e a desregulação das relações capital *versus* trabalho e privado *versus* público.

Nas circunstâncias apresentadas, qualquer projeto de nação que considere como valores a afirmação da cultura nacional-popular, a busca pela autonomia científica e tecnológica e a promoção da justiça social incorpora, necessariamente, um ousado projeto educacional que eleve em pouco tempo o nível de escolaridade da população, universalizando o ensino médio. E isto requer forte presença do Estado.

Quanto ao ensino superior, o protagonismo do Estado é ainda mais necessário na promoção de um sistema de ensino universitário e tecnológico voltado para a elevação técnica e científica da população, mormente da classe trabalhadora. Isto responderia, simultaneamente, a demandas de formação técnica e científica da força de trabalho, a

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



antigas reivindicações de acesso ao ensino superior público e a produção de conhecimento voltado para os problemas nacionais e da maioria da população. Não é isto, porém, o que está em curso na sociedade brasileira.

O padrão de acumulação instaurado a partir dos anos 1990, cujo sistema regulativo e ideológico fora chamado de neoliberalismo, exigiu exatamente o contrário. O ímpeto de modernizar, conservando o interesse das classes que dominam econômica e politicamente, subsumiu, mais uma vez, os interesses da maioria, os interesses das classes subalternizadas da sociedade brasileira. Pois, a busca do lucro fácil e da abertura de novos “territórios” de acumulação de capital impuseram condições ao processo de expansão (ou massificação?) do ensino superior: ele se daria pela via do mercado com o adjutório do Estado. A este caberia, como em todas as circunstâncias postas pela expansão do capital, criar as condições legais, institucionais e ideológicas para o espraiamento e sobreposição do sistema privado de ensino superior. Nas palavras de Macário, do Vale e Alves (2013, p. 15),

Essa orientação tem função ideológica estratégica, pois aparentemente atende a demandas históricas das classes subalternas e, concretamente, garante mercado e lucratividade para inversões de capitais em importante nicho, numa época de crise estrutural.

Para efeito de comprovação da hipótese de que a padrão de acumulação de capital instaurado nos anos 1990 primou pela sobreposição do privado ao público, é importante notar, observando-se a tabela 1, que no ano de 1992 as matrículas se dividiam na proporção de 41% no setor público e 59% no setor privado. No final da série, no ano de 2016, a presença do ensino público fora rebaixada para 24,7%, enquanto as empresas educacionais abocanhavam 75,3% das matrículas.

Tabela 1 - Matrículas em cursos de graduação presenciais e à distância por categoria administrativa - Brasil

ANO	Privado	Público	Total	% privado	% público	% crescimento/ano		
						Privado	Público	Total
1991	959.320	605.736	1.565.056	61,30	38,70	**	**	**
1992	906.126	629.662	1.535.788	59,00	41,00	-5,54	3,95	-1,87
1993	941.152	653.516	1.594.668	59,02	40,98	3,87	3,79	3,83
1994	970.584	690.450	1.661.034	58,43	41,57	3,13	5,65	4,16

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



1995	1.059.163	700.540	1.759.703	60,19	39,81	9,13	1,46	5,94
1996	1.133.102	735.427	1.868.529	60,64	39,36	6,98	4,98	6,18
1997	1.186.433	759.182	1.945.615	60,98	39,02	4,71	3,23	4,13
1998	1.321.229	804.729	2.125.958	62,15	37,85	11,36	6,00	9,27
1999	1.537.923	832.022	2.369.945	64,89	35,11	16,40	3,39	11,48
2000	1.807.219	887.026	2.694.245	67,08	32,92	17,51	6,61	13,68
2001	2.091.529	939.225	3.030.754	69,01	30,99	15,73	5,88	12,49
2002	2.428.258	1.051.655	3.479.913	69,78	30,22	16,10	11,97	14,82
2003	2.750.652	1.136.370	3.887.022	70,77	29,23	13,28	8,06	11,70
2004	2.985.405	1.178.328	4.163.733	71,70	28,30	8,53	3,69	7,12
2005	3.260.967	1.192.189	4.453.156	73,23	26,77	9,23	1,18	6,95
2006	3.632.487	1.251.365	4.883.852	74,38	25,62	11,39	4,96	9,67
2007	3.914.970	1.335.177	5.250.147	74,57	25,43	7,78	6,70	7,50
2008	4.255.064	1.552.503	5.807.567	73,27	26,73	8,69	16,28	10,62
2009	4.430.157	1.523.864	5.954.021	74,41	25,59	4,11	-1,84	2,52
2010	4.736.001	1.643.298	6.379.299	74,24	25,76	6,90	7,84	7,14
2011	4.966.374	1.773.315	6.739.689	73,69	26,31	4,86	7,91	5,65
2012	5.140.312	1.897.376	7.037.688	73,04	26,96	3,50	7,00	4,42
2013	5.373.450	1.932.527	7.305.977	73,55	26,45	4,54	1,85	3,81
2014	5.867.011	1.961.002	7.828.013	74,95	25,05	9,19	1,47	7,15
2015	6.075.152	1.952.145	8.027.297	75,68	24,32	3,55	-0,45	2,55
2016	6.058.623	1.990.078	8.048.701	75,27	24,73	-0,27	1,94	0,27
%	531,55	228,54	414,28	***	***	***	***	***
Σ	***	***	***	68,66	31,34	7,79	4,94	6,85

Fonte: INEP. Elaboração própria.

Aqui já é possível observar que massificação se dera fundamentalmente pela via privada, obrigando as camadas subalternas a comprarem o que deveria ser um direito. Mesmo quando tomamos para análise o período recente, em que o Partido dos Trabalhadores esteve à frente do governo central brasileiro e protagonizou a expansão das instituições de ensino superior (IES), a tendência de predomínio do privado sobre o público se reforçou (vide gráfico 1).

A tabela 1 e o gráfico 1 evidenciam, também, a distribuição das matrículas no setor privado e no público, bem como registram o crescimento anual total e por setor. Os dados são por demais instrutivos quanto ao argumento de que não houve mudança

VI seminário CETROS

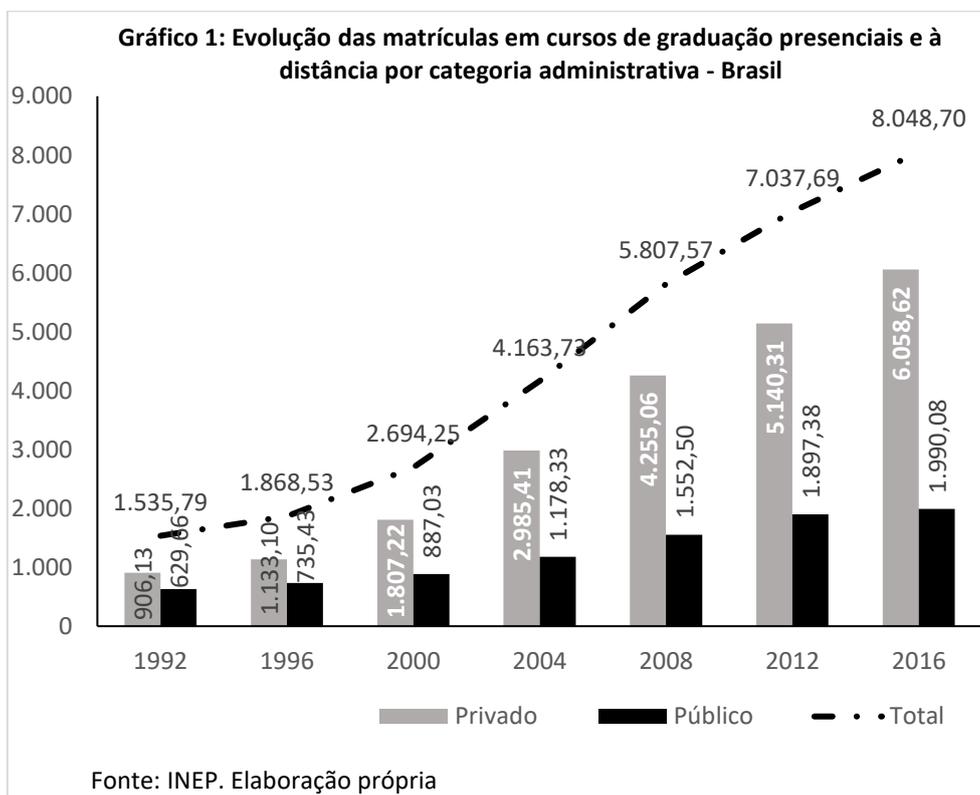
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



substantiva na expansão do número de matrículas nas IES públicas ao longo do tempo. O que fica cabalmente demonstrado é que o setor privado já partiu de uma situação vantajosa quanto ao número de matrículas e cresceu numa média de 7,79% ao ano. O número de matrículas nas IES públicas, por seu turno, inicia a década com índice bem inferior às IES privadas e mantém um crescimento anual módico de 4,94% em média. Esse crescimento do ensino público não representou qualquer mudança quanto à distribuição percentual de matrículas nos dois setores, reafirmando e consolidando o predomínio do privado sobre o público.



Os dados da tabela 1 e do gráfico 1 indicam que há uma demanda crescente de ensino superior, razão porque as matrículas aumentaram tanto. Essa demanda é, todavia, respondida, fundamentalmente, pela iniciativa privada – obrigando as novas gerações e os trabalhadores de rendimentos baixos a comprarem cursos de graduação nas empresas fornecedoras dessa mercadoria. O gráfico 1 é ilustrativo quanto a isto.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



No período de 1991 a 2002 – vigência do que se tem chamado neoliberalismo ortodoxo – o crescimento das matrículas no setor privado fora da ordem de 153,12% e no público apenas 73,62%. No período posterior – correspondente à variante neoliberal chamada ora de neodesenvolvimentismo, ora de lulismo – a variação foi de 120,26% no setor privado e 75,12% no setor público. A linha de tendência caracterizada pelo predomínio do público sobre o privado e de manutenção do crescimento do público em taxas incapazes de invertê-la se mantém em todo o período.

2.2 Evidências a partir do número de matrículas por tipo de instituição de ensino superior

A expansão do ensino privado no Brasil foi amplamente beneficiada por um conjunto de mudanças na legislação que normatizam as IES. Ao analisar um conjunto de legislações e normativas produzidas no período do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a pesquisa Kátia Lima afirma:

a reformulação da educação superior realizada no governo Cardoso teve por base uma política de diversificação das instituições e dos cursos de nível superior, apresentada sob a imagem de expansão do acesso e democratização deste nível de ensino. Consequentemente, omitiu-se tanto a privatização interna das universidades públicas como o empresariamento da educação superior. Esta diversificação das IES e dos cursos ocorreu por meio de estratégias diferenciadas; entre elas, o uso das TIC, via educação superior à distância, teve especial importância pela aparência de modernização, democratização e de adequação da educação escolar à nova ordem mundial. (LIMA, 2007, p. 144).

Este é uma das nuances que desautoriza a ideia, um tanto vulgarizada, de que o neoliberalismo se caracteriza pelo Estado mínimo. Não, neste como em todos os casos, o Estado é inflado em sua função de estrutura de controle abrangente da sociedade, instância produtora de consensos, conjunto de aparelhos repressivos e outros cuja função é a criação de hegemonia. No caso aqui analisado – das mudanças legais e do conjunto de normas infralegais que tratam do ensino superior –, o Estado engendrou as bases institucionais para o espraiamento das empresas que ofertam ensino superior. Ao mesmo tempo, como assegurado por Lima (2007), as contrarreformas permitiram a diversificação de duração, carga didática, grades curriculares e modalidades dos cursos de graduação, abrindo flancos para a proliferação do ensino à distância.

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Tabela 2 - Matrículas em cursos de graduação presenciais e à distância por categoria administrativa e por tipo de instituição - Brasil

ANO	CATEGORIA ADMINISTRATIVA	TIPO DE INSTITUIÇÃO				
		Total	Universidade	Centro Universitário	Faculdade	IF e Cefet
2006	Total	4.883.852	2.646.522	743.471	1.463.080	30.779
	Pública	1.251.365	1.095.324	16.510	108.752	30.779
	Privada	3.632.487	1.551.198	726.961	1.354.328	***
2007	Total	5.250.147	2.931.117	705.642	1.579.251	34.137
	Público	1.335.177	1.176.893	17.617	106.530	34.137
	Privado	3.914.970	1.754.244	688.025	1.472.721	***
2008	Total	5.808.017	3.270.904	755.796	1.737.290	44.027
	Público	1.552.953	1.386.841	23.110	98.975	44.027
	Privada	4.255.064	1.884.063	732.686	1.638.315	***
2009	Total	5.954.021	3.306.845	795.033	1.784.046	68.097
	Público	1.523.864	1.349.928	13.849	91.990	68.097
	Privada	4.430.157	1.956.917	781.184	1.692.056	***
2010	Total	6.379.299	3.464.711	836.680	1.990.402	87.506
	Público	1.643.298	1.435.639	14.166	105.987	87.506
	Privada	4.736.001	2.029.072	822.514	1.884.415	***
2011	Total	6.739.689	3.632.373	921.017	2.084.671	101.626
	Público	1.773.315	1.541.971	14.898	114.820	101.626
	Privada	4.966.374	2.090.402	906.121	1.969.851	***
2012	Total	7.037.688	3.812.491	1.085.576	2.027.982	111.639
	Público	1.897.376	1.637.489	21.872	126.376	111.639
	Privada	5.140.312	2.175.002	1.063.704	1.901.606	***
2013	Total	7.305.977	3.898.880	1.145.863	2.131.827	120.407
	Privado	1.932.527	1.655.293	25.692	131.135	120.407
	Privada	5.373.450	2.243.587	1.129.171	2.000.692	***
2014	Total	7.828.013	4.167.059	1.293.795	2.235.197	131.962
	Público	1.961.002	1.678.706	27.094	123.240	131.962
	Privada	5.867.011	2.488.353	1.266.701	2.111.957	***
2015	Total	8.027.297	4.273.155	1.357.802	2.251.464	144.876
	Público	1.952.145	1.663.222	18.844	125.203	144.876
	Privada	6.075.152	2.609.933	1.338.958	2.126.261	***
2016	Total	8.048.701	4.322.092	1.415.147	2.146.870	164.592
	Público	1.990.078	1.679.479	22.708	123.299	164.592
	Privada	6.058.623	2.642.613	1.392.439	2.023.571	***

Fonte: INEP. Elaboração própria

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

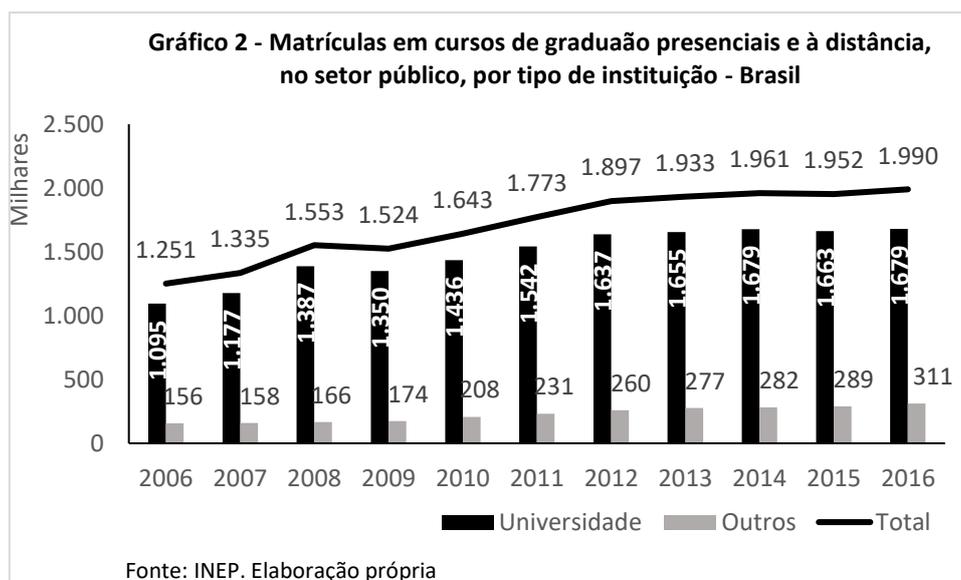
22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Não há lugar aqui para destrinchar outro flanco onde o aparato estatal contribuiu decisivamente para a expansão dos empreendimentos privados: o alargamento do crédito estudantil (FIES) e a instauração do Programa Universidade para Todos (ProUni). Uma análise muito pertinente, inclusive com sobejo banco de dados, encontra-se em Chaves e Amaral (2017). Nos deteremos ao caso da diversificação e proliferação de instituições de ensino superior e à distribuição das matrículas nestas IES..

A tabela 2 mostra que as matrículas no setor público se concentraram, fundamentalmente, em universidades. Ao longo do período, essas instituições acolheram, em média, 87% de todos os matriculados no setor. Em parte, isto se deve ao fato de o Estado ter forjado um sistema de ensino superior organizado em sua grande maioria sob o tripé ensino-pesquisa-extensão. É um sistema muito pequeno em face da crescente demanda por vagas, mas que apresenta a vantagem de perseverar nos valores que norteiam a formação das universidades na modernidade. Já no setor privado, as matrículas estão em instituições não universitárias (centros universitários e faculdades). Apenas 57% das matrículas, em média, se dão nas em universidades. Os gráficos 2 e 3 ilustram bem a situação por categoria administrativa.



Fácil de observar que as matrículas no setor público se concentram fundamentalmente em universidades. Para o setor privado, essa relação se inverte, pois,

VI seminário CETROS

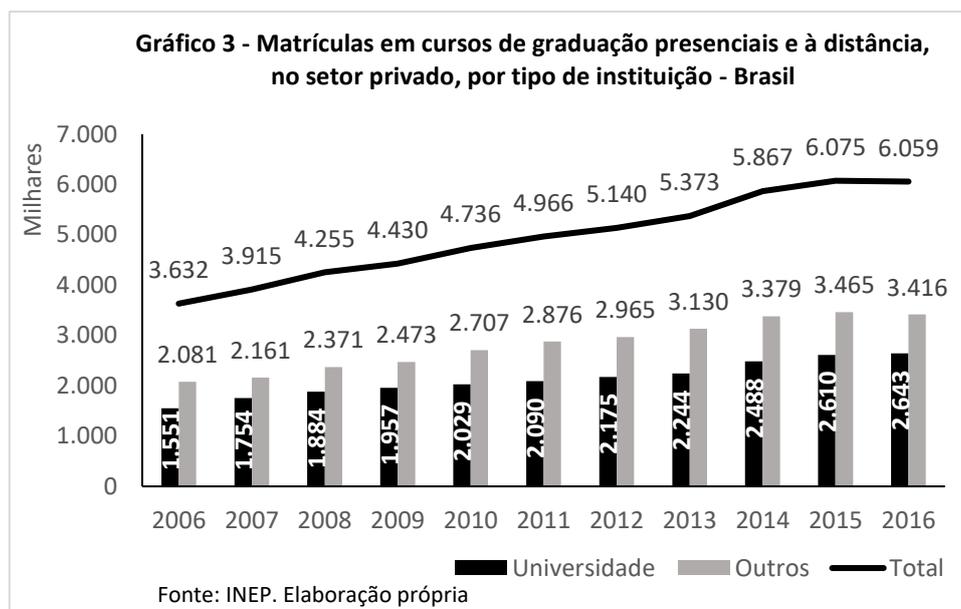
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



neste, a grande concentração de alunos se dá em faculdades e centros universitários (gráfico 3).



É importante um parêntese para refletir sobre os riscos que assolam hoje as universidades públicas. Primeiro, o risco da possível diminuição das instituições e das matrículas no setor público decorrentes da crise de financiamento em que foram jogadas as universidades federais na atualidade – no rolo compressor da Emenda Constitucional 95/2016.² E segundo que, numa perspectiva muito otimista e pouco provável, se for retomado o processo de expansão nesse setor, é possível que este se dê pela criação, em maior número, de instituições não universitárias, instituições que não mantenham a obrigatoriedade do tripé ensino-pesquisa-extensão e se dediquem a fornecer aulas apenas, como é característico do setor privado. A instalação de faculdades, centros universitários e institutos federais é mais barata (pelo menos em longo prazo, quanto à manutenção, quantidade e formação do pessoal contratado) e corresponde às ideologias da eficiência e da eficácia, da agilidade e modularidade, na formação de mão de obra para o mercado.

² Ver a este respeito ANDES-SN (2018). *Crise de financiamento das universidades federais e da ciência e tecnologia pública.*

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



O fato, porém, da maioria das matrículas do setor público se concentrarem em universidades é, por isto, alvissareiro e deve constituir fronteira das lutas sociais em defesa da universidade pública. Essa luta se justifica, primeiramente, porque, como já argumentamos, o acesso a esse nível de ensino é um clamor de cidadania na sociedade brasileira – que se encontra em nível muito inferior às demais nações de porte econômico similar e até inferior. A defesa do ensino universitário público, em segundo lugar, deve estar colada à reivindicação de qualidade, à exigência de manutenção do tripé ensino-pesquisa-extensão. Estas devem ser as bases orientadoras, em terceiro lugar, da formação das pessoas que responderão às demandas de mão de obra qualificada, de promoção e gestão da coisa pública, da produção de conhecimentos científicos e técnicos voltados para os problemas das maiorias sociais e da dinamização da cultura nacional.

A concentração apenas no ensino – que é característico do setor privado – transforma a educação superior em nível de terceiro grau, pós-secundário ou terciário, como já é chamado no léxico de organismos internacionais. Em face disto, as instituições não ultrapassam o caráter de escolões, onde se fornecem lições pragmáticas para a atuação profissional imediata, normalmente em atividades precarizadas. O mais grave é que este tipo de formação não permite o desenvolvimento e amadurecimento dos conhecimentos humanos, dos saberes e habilidades sócio comunicativas e políticas requeridos na práxis social das novas gerações, em face da desigualdade e da injustiça social que grassam o país. Assim, a subordinação desse nível de ensino aos imperativos do mercado, o aligeiramento dos cursos e a baixa qualidade são elementos que alienam a educação superior dos grandes problemas da sociedade brasileira e a tornam uma pletora geradora de indivíduos alienados – inclusive em face dos requerimentos do mundo do trabalho.

A distribuição das matrículas no setor privado, marcadamente em instituições não universitárias, indica que as empresas optaram por fornecer educação sob a orientação dos sagrados valores mercantis: menor custo, menor tempo, maior produção. Sinaliza, outrossim, para a disseminação de ensino de terceiro grau de qualidade muito duvidosa, não apenas quanto ao imperativo de formação humana e técnica à altura dos desafios postos pelo tempo histórico, mas em face dos próprios requerimentos dos extratos mais

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



elevados da divisão sociotécnica do trabalho. Tudo indica que a massificação das matrículas no ensino privado sirva muito mais para fornecer um mínimo de conteúdo técnico e de cultura humana que permita os indivíduos se inserirem, produtivamente, na base da pirâmide das ocupações, lugar onde exuberam as atividades mais precárias e sem perspectiva de carreira e ascensão.

3. Considerações finais

O artigo demonstra a predominância do setor privado (não estatal) sobre o público (estatal) quanto ao número de matrículas em cursos de graduação presenciais e à distância. Evidencia, ainda, que, enquanto no setor público, maior parte das matrículas estão em universidades, no setor privado predominam as matrículas em faculdades e centros universitários. A conclusão é que o acesso ao ensino superior no Brasil se deu, historicamente, em instituições não universitárias e pela via do mercado, o que materializa a velha marca da negação de direitos sociais às camadas subalternizadas da sociedade brasileira.

A massificação de matrículas, como demonstrado em números e na análise, parece responder a uma reivindicação antiga de acesso da juventude ao ensino superior. Como se demonstrou, todavia, tal acesso é comprado e pago com parte da já muito baixa renda dos trabalhadores.

Os dados permitem ainda refletir sobre a baixa qualidade do ensino recebido pela massa dos que adentram as instituições privadas, haja vista que grande parte das matrículas são ofertadas em faculdades e centros universitários. Afora parte substantiva dos estudantes de instituições públicas, o grande contingente dos chamados “universitários” não usufrui do clima cultural, político e intelectual próprio dos ambientes universitários.

Assim, a massificação do ensino superior não se efetivou, até aqui, como um direito de cidadania, mas como um meio pelo qual as empresas da área realizam seus lucros. Por outro lado, os números indicam uma formação de qualidade duvidosa, cumprindo a função de qualificar minimamente a juventude para o exercício de atividades

<p>VI seminário CETROS CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL desafios para a classe trabalhadora</p>	
<p>ISSN: 2446-8126</p> <p>22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE (Auditório Central - Campus do Itaperi)</p>	

na base da pirâmide da divisão socio-técnica do trabalho no Brasil – base esta composta por postos de trabalho extremamente precarizados. Por estes dois motivos, a massificação cumpre função importante em face do padrão de acumulação de capital vigente no país.

Essas características da evolução do ensino superior repõem sobre novas bases a interpenetração do arcaico com o moderno que caracteriza a formação do capitalismo brasileiro, bem como reatualiza – sob nova roupagem – o que Florestan Fernandes denominou de modernização conservadora.

Referências

- ANDES-SN. *Crise de financiamento das universidades federais e da ciência e tecnologia pública* – recursos existem mas vão para o pagamento da dívida pública. (Cartilha). Brasília: Junho, 2018.
- CHASIN, J. *A miséria brasileira - 1964-1994: do golpe militar à crise social*. São Paulo: Ad Hominem, 2000.
- OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista – o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- BATISTA, P. N. O consenso de Washington** - A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994
- CHAVES, V. L. J. e AMARAL, N. C. **Políticas de financiamento da educação superior num contexto de crise**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2017.
- LIMA, K. **Contrarreforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.
- SGUISSARDI, V. **Educação Superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil?** In Revista Educação e Sociedade, v. 36, nº 133, p. 867-889. Campinas/SP: outubro/dezembro de 2015.
- INEP. **Censo da educação superior**. Vários anos. Disponíveis em www.inep.gov.br.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil** – ensaios de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005
- FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5ª ed. revisada. São Paulo: Global, 2008.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



OXFAM. **A distância que nos une** – um retrato das desigualdades brasileiras. Relatório publicado pela OXFAM Brasil em 25 de setembro de 2017. Disponível em www.oxfam.org.br.

MACÁRIO, E.; DO VALE, E. S.; ALVES, D. C. *Modernização conservadora e ensino superior no Brasil: elementos para uma crítica engajada*. In: **Revista Universidade e Sociedade**, nº 52, Brasília: ANDES-SN, julho de 2013. P. 6-19.